

História da Escola Primária Rural nos Editoriais da Revista *Escola Portuguesa* (Portugal, 1934 - 1939).

SANDRA CRISTINA FAGUNDES DE LIMA*

O tema desse artigo incide sobre a escola primária rural em Portugal. A partir dessa temática, selecionamos para investigação os editoriais da revista *Escola Portuguesa* (EP) em seus cinco primeiros anos de publicação, 1934 a 1939. A questão proposta para a análise consistiu em compreender se a EP durante o referido período – quando “[...] a sociedade portuguesa era dominada pelo peso do mundo rural, composta por uma percentagem muito elevada de população agrícola, a maior parte da qual viva de seu trabalho assalariado” (ADÃO, 2007: 269) – destinou algum espaço em seus duzentos e cinquenta e sete editoriais (total de números publicados no primeiro quinquênio) para debater os problemas que perpassavam a escola primária rural no país, ou para informar a existência dessa instituição.

A escola rural em Portugal...

“Em 1930, 80 por cento dos sete milhões de portugueses viviam no campo. Portugal permanecia uma sociedade rural, com raras vilas e cidades de importância. As linhas férreas eram escassas, as estradas más ou inexistentes” (MÔNICA, 1978: 69). Em razão disso, “Até a década de 1950, a agricultura mantinha grande relevo no conjunto da economia portuguesa; um em cada dois portugueses trabalhava na agricultura – 49% em 1930, 51% em 1940 e 48% em 1950” (ADÃO, 2007: 269). Mesmo havendo essa preeminência da população rural e do trabalho agrícola, as escolas rurais não estavam devidamente equipadas para atender as necessidades da população (MARTINS, 2007).

Em 1930, o índice de analfabetismo no país era muito elevado: a cada 100 portugueses 70 não sabiam ler (MÔNICA, 1978). Nesse contexto, era significativo o número de crianças habitantes do meio rural em idade escolar e não obstante registrava-se naquele espaço a carência de estabelecimentos de ensino. Essa discrepância teria implicado, ao longo das

* Universidade Federal de Uberlândia-MG, Doutora em História pela UNICAMP, Pesquisa de estágio de pós-doutorado financiada pelo CNPq (Processo nº 201441/2011-0) e realizada no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa/Pt, sob a supervisão do Professor Catedrático Dr. Justino Magalhães, no período de janeiro a dezembro de 2012.

primeiras décadas do Estado Novo, a promoção de medidas oficiais visando minorar o problema da falta de escolas no meio rural e atenuar o elevado número de crianças iletradas.

Em 1930, o governo português autorizou a criação de escolas fixas, denominadas *incompletas*, nas localidades rurais que abrigassem pelo menos trinta crianças em idade escolar. Em 1931, essas escolas teriam sido substituídas pelos *postos de ensino* (não se caracterizavam por escolas, uma vez que não se exigiam dos docentes uma formação específica, conforme discutiremos na sequência). Em 1936, esses *postos de ensino* são transformados em *postos escolares*, com a justificativa de se constituírem como unidade embrionária de escola elementar, e, como tal, passam a receber um número elevado de alunos. De acordo com as pesquisas realizadas por Adão (2007:280), na década de 1940, as escolas rurais representam “[...] cerca de 33% do número de escolas oficiais. E, do mesmo modo, o número de alunos aumenta de ano para ano: entre 1934-1935 e 1940-1941, conhece um acréscimo de perto de 270% e, até 1947-1948, o aumento situa-se nos 171%”.

Um primeiro aspecto a evidenciar da fragilidade dessas medidas recai sobre as características do próprio modelo de escola implantado no meio rural: os postos de ensino e depois postos escolares. Esses postos se organizavam em estabelecimentos de ensino isolados, multisseriados, unidocentes e mistos. Outro fator a caracterizar o ensino rural diz respeito a ausência, em muitas aldeias e propriedades rurais, de um lugar para a escola, uma vez que essa se confundia com a ‘casa do professor’ e assim era denominada (MARTINS, 2007). Eram espaços pequenos, com salas multisseriadas e unidocentes, posto que regidas por um único professor. Mesmo afastadas dos centros urbanos, tendo que funcionar em locais improvisados e/ou adaptados, essas escolas deveriam cumprir um calendário e igualmente adotar um currículo próprio das instituições urbanas de ensino (ADÃO, 2007). Tanto no meio rural quanto no urbano não se exigiam diversidade de conteúdos e tampouco aprofundamento nos assuntos tratados (ALEIXO E ALVES, 2007).

Afora essa superficialidade dos conteúdos, da inexistência de um local próprio para o seu funcionamento, das salas unidocentes e multisseriadas, outros fatores caracterizavam a história da escola rural em Portugal, quais sejam: recursos públicos parcos e o auxílio da comunidade rural, de filantropos e/ou de beneméritos para o financiamento da construção de novos edifícios, reforma dos antigos e para as demais despesas requeridas para o

funcionamento daquelas escolas; precariedade da oferta dessa modalidade de ensino e o descompasso entre a proposição de instrumentos legais de regulação e a insuficiência dos recursos públicos para os aplicarem. Assim, ainda que a legislação previsse a construção, reforma e manutenção dos prédios, faltavam verbas para aumentar o número de escolas, reformar os edifícios-escolas, ampliar a oferta de vagas nos estabelecimentos já existentes, investir na qualificação do professor dentre outras carências... (MARTINS, 2007).

Além da precariedade das edificações, a escassez de recursos implicava outros problemas para o desenvolvimento adequado do ensino rural, visto que condicionava também, e de maneira negativa, a qualificação da mão-de-obra docente. Dessa forma, a insuficiente qualificação dos professores que atuavam na escola rural agravou-se ainda mais nos 1930 com a criação dos postos de ensino para atender às necessidades de escolarização da população rural, pois nesses postos não se exigia do pessoal docente uma formação específica para o exercício do magistério. Segundo Carvalho (2011:736), inicialmente exigia-se dos candidatos a regentes apenas a comprovação da idoneidade moral e intelectual, no entanto, devido aos inúmeros problemas decorrentes dessa situação, passou-se “[...] a exigir um exame de aptidão aos candidatos à regência dos referidos postos”. Contudo, consoante ao que discutiremos nas páginas subsequentes, esse exame era superficial, sendo mínimo o nível dos conhecimentos aferidos.

O Rural nos Editoriais da *Escola Portuguesa*

Instituída pelo Decreto n. 22:369 (PORTUGAL, 1933), a EP era uma publicação da Direção Geral do Ensino Primário (DGEP), cujo propósito registrado em seu primeiro número, publicado em 11 de outubro de 1934, seria divulgar a doutrina pedagógica nacional e fornecer aos professores primários uma “técnica conveniente” ao desempenho de suas funções. A partir dessa missão, de 1934 a 1974, a EP publicou: legislação, notícias, fotografias, artigos, teses, discursos, conferências e palestras proferidas por autoridades educacionais e dirigidas aos professores primários. A sua periodicidade até 1958 era semanal, a partir de então tornou-se mensal (GUEDES, 1998). No período pesquisado, a revista era publicada todas as quintas-feiras, sendo composta por cinco seções, assim distribuídas, segundo determinou a Secção X, do Artigo 174 do Decreto-Lei n. 22:369: Doutrinária, Noticiosa, De Legislação, De Despachos e De Estatística (PORTUGAL, 1933:432).

QUADRO 01 – A *Escola Portuguesa* e sua Periodização em 5 Anos

Ano	Período	Números	Páginas
I	11 out. 1934 – 26 set. 1935	01 - 51	922
II	10 out. 1935 – 24 set. 1936	52 - 102	483
III	07 out. 1936 – 30 set. 1937	103 - 153	751
IV	07 out. 1937 – 29 set. 1938	154 - 205	995
V	06 out. 1938 – 28 set. 1939	206 - 257	653
TOTAL DE PÁGINAS			3.804

Fonte: A autora. Dados extraídos da revista *Escola Portuguesa*, 1934-1939.

Com vistas a perseguir o projeto de unidade nacional, propalado pelo Governo de Salazar, e de assegurar uma escola primária uniforme, a revista manteve nesses cinco primeiros anos uma quase invariância em sua materialidade, visível na pouca alteração em sua diagramação, na distribuição dos conteúdos por suas seções e até mesmo na permanência de muitos de seus colaboradores. Há que se destacar outrossim a cuidadosa revisão pela qual passava o periódico, que evitava problemas na impressão, havendo pouquíssimos erros em suas três mil, oitocentos e quatro páginas distribuídas pelos duzentos e cinquenta e sete números.

A opção por privilegiar os editoriais decorreu da compreensão de que esse gênero jornalístico, por expressar a opinião oficial do mantenedor do periódico e, portanto, por se constituir no locus privilegiado para se tratar os assuntos em destaque na sociedade em um dado momento¹, possibilitaria, por meio da análise de seus conteúdos, aquilatar o espaço reservado ao ensino primário rural pela EP e, portanto, apreender o papel que esse ensino desempenharia no âmbito do projeto de renovação da escola portuguesa segundo os princípios do Estado Novo.

Relativamente aos temas, sem a pretensão de discriminar os duzentos e cinquenta e sete números, os classificamos em quatro categorias, a saber: *Educação Nacional*, *Orientação Didática*, *Discursos* e *Outros*. Em *Educação Nacional* agrupamos os seguintes temas: papel do professor, valores filosóficos da educação e da pedagogia, rituais cívico-patrióticos, legislação, dever da escola, Mocidade Portuguesa, apologia ao Estado Novo, anti-comunismo. No segundo conjunto alocamos os assuntos que diziam respeito à discussão metodológica sobre como ensinar as disciplinas e os seus respectivos conteúdos; os castigos; os exames; a escola ativa e o uso dos livros didáticos na escola primária. Inserimos no terceiro grupo todo o conteúdo que dizia respeito a discursos, fossem proferidos pelo General Carmona, Presidente;

¹ Ainda que, segundo Melo (2003), o conceito de editorial tenha sofrido alterações devido às transformações perpassadas na sociedade e, por conseguinte, nos meios de comunicação, acreditamos que a definição mais tradicional de editorial representa em parte as características desse gênero jornalístico no âmbito da EP.

por Oliveira Salazar, Chefe do Conselho de Ministros, pelo Ministro da Educação Nacional e demais autoridades. Por fim, em *Outros* encontram-se aqueles conteúdos que se afastam das classificações anteriores.

O resultado obtido permite concluir o predomínio nos editoriais, com 56,8% de presença em relação aos demais, dos temas relacionados à *Educação Nacional*. Em segundo lugar aparecem os discursos, com 17,5% de incidência. Considerando que esses discursos sempre eram proferidos por autoridades diretamente ligadas ao governo, podemos concluir que, de fato, o tema privilegiado dos editoriais consistia na promoção da ideologia que deveria perpassar a escola primária e dar sustentação à consolidação do Estado Novo.

No que diz respeito às assinaturas dos editoriais, ainda que nos manuais do jornalismo opinativo predomine como definição desse gênero a impessoalidade, ou seja, a não assinatura da matéria (MELO, 2003), em nossa pesquisa mantivemos a classificação dos editoriais segundo as assinaturas por ter sido essa uma particularidade da EP. Entretanto a nossa preocupação não consistiu em discriminar os autores dos editoriais pelos respectivos nomes, mas, sim, pelos cargos ou funções ocupados no governo.

Dessa forma, constatamos a predominância dos *Inspetores* no rol de autores dos editoriais, com 33,5%, seguidos por *Outros*, com 27,6%, em cuja categoria inserimos os diretores dos distritos escolares, os médicos, o Ministro da Educação. No entanto, se considerarmos que os editoriais não assinados – um total de 24,5% na EP – são assumidos pelo órgão responsável pelo periódico e levando em conta que a EP era um boletim da DGEP, deveremos incluir também aqueles assinados pelo Diretor Geral do Ensino Primário e por seu Diretor Adjunto, que somaram 4,3%, perfazendo assim um percentual de 28,8%.

Esse fato pode ser justificado em função do contexto ditatorial do período e consequentemente pelas iniciativas da regulamentação da escola primária e de controle sobre os seus agentes. A incidência maior dos “editoriais dos inspetores” verifica-se no primeiro e segundo anos da EP, ou seja, no período de 1934 a meados de 1937, em parte coincidente com o momento de 1926 a 1936 quando, no dizer de Correia, começa a se consolidar uma dada política educativa, cuja orientação se pautava nos esforços para, ao mesmo tempo, extinguir as marcas do regime anterior e erigir as bases do Estado Novo. Nesse contexto, teria

havido o predomínio da “Imposição de uma administração centralista e autoritária do sistema educativo, através do reforço dos mecanismos de inspeção e controlo mais rígido dos corpos docentes e discentes [...]” (CORREIA, 1998:75).

Após essa caracterização mais geral dos editoriais da EP, e com o objetivo de tornar mais próximo o problema da pesquisa, estabelecemos dois grupos temáticos de análise dentro dos quais distribuimos dezenove categorias. No primeiro, denominado “Rural”, construído a partir de nosso tema de pesquisa, inserimos: *Agrícola/Agricultura, Aldeia, Campo, Ensino/Escola Rural, Mundo/Vida Rural, Postos de Ensino, Postos Escolares, Regentes, Rural*; no segundo, “Projeto Educacional do Estado Novo”, alocamos: *Analfabeto/Analfabetismo, Ativa (Escola), Cristão/Cristã/Cristo, Disciplina, Escola/Ensino Primário, Família, Moral, Nação/Nacional/Nacionalista, Pátria e Professor*.

A partir dessa classificação, a primeira constatação da análise incidiu sobre o quase silenciamento dos editoriais a respeito da escola instalada no meio rural, fosse essa posto de ensino em um primeiro momento, fosse posto escolar a partir de 1936. Das nove categorias elencadas como representativas do meio rural e da escola aí instalada, o total de menção a cada uma delas nos editoriais é insignificante, considerando duzentos e cinquenta e sete números e, portanto, o mesmo total de editoriais publicados no período. Com exceção de *aldeia*, citada em 9,3% dos editoriais, as demais não atingem nem 5%. *Campo* é citado em nove (3,5%), *Agrícola/Agricultura* só aparecem em seis números (2,3%), *Postos Escolares* em nove (3,5%), *Regentes* em sete (2,7%), *Rural* em seis (2,3%), *Ensino/Escola Rural* em cinco (1,9%), *Postos de Ensino* em quatro (1,5%), *Mundo/Vida Rural* não aparece em nenhum.

O destaque deve ser conferido à categoria *Aldeia* que é mencionada em vinte e quatro editoriais. Contudo, nenhum dizia respeito especificamente à escola, aos postos escolares ali instalados ou aos regentes. O contexto em que a categoria aparece relaciona-se mais à necessidade de difundir o cultivo do modo de vida rural e reforçar na população rural os bons hábitos, como, por exemplo, nos seguintes editoriais: Ler...,1934; Ramalho, 1934; Graça, 1935 e Santos, 1935.

Relativamente aos Postos de Ensino, somente no Ano II há referência a essas escolas. No entanto, são citadas de forma genérica, apenas para relatar as festividades escolares realizadas em comemoração ao 1º. de dezembro (FESTA, 1936), dar exemplo de como algumas localidades que têm escolas vazias não comportam sequer uma escola dessa natureza (PORTUGAL, 1936), enfatizar o papel de educador que o professor sempre deverá exercer, mesmo em seus momentos de descanso (EM TODA, 1937). Os postos também são mencionados no editorial que publica o texto da proposta de lei de Reforma do Ensino Primário (REFORMA, 1937).

Os Postos Escolares são citados em nove editoriais, sendo que a sua primeira menção somente ocorrerá em 1937, no ano seguinte ao de sua criação, no mesmo editorial que citou as regentes pela primeira vez (A VISITA, 1937). Posteriormente são citados: no editorial na proposta de lei de Reforma do Ensino Primário (REFORMA, 1937); no outro que trata da abertura do ano escolar e compara o trabalho do educador com o do semeador sem, no entanto, abordar a rotina dos postos escolares de forma particularizada (RECOMEÇANDO, 1937); depois para se referir às festas escolares que são realizadas em todo o país (AINDA, 1938) e, por fim, para se mencionar o espaço onde se ensinava o povo a ler (DISCURSO, 1938).

A quase ausência dos postos de ensino e postos escolares nos editoriais da EP nos anos de 1930 contrasta com o papel desempenhado por essas instituições na solução do problema dos altos índices de analfabetismo no país no mesmo período. Essa importância pode ser aferida pelo número crescente dos postos que, conforme apontamos anteriormente, atingiam no início dos anos de 1940 um percentual de 33% do total das escolas primárias oficiais em Portugal. Ao ignorá-los, a EP esquivava-se de tornar objeto de estudo, ou, no limite, evitava divulgar o que já parecia estar consolidado como fenômeno social.

A regente² – como denominação do profissional docente dos postos de ensino e dos postos escolares – só é mencionada pela primeira vez quando se comenta a visita que o Ministro da Educação realizou às escolas e aos postos escolares no Algarve (VISITA, 1937). Outra vez foi mencionada a propósito de balanço do ano letivo que havia terminado e de uma recapitulação da legislação que regulamentou o funcionamento da escola primária, sem, no entanto, ter sido

² Nos editoriais acima mencionados a referência é sempre feita à regente no gênero feminino. Acreditamos que essa situação se explique em função do perfil desses docentes que era de 92% do sexo feminino (RIAS, 1997).

acompanhada de discussão e/ou comentário sobre as condições de trabalho dessas profissionais (DO ANO, 1937). No ano seguinte menciona-se novamente a regente apenas para se referir à necessidade de se conhecer os programas escolares (É NECESSÁRIO, 1937). Posteriormente, essas profissionais figuram em alguns artigos da proposta de lei de reforma do ensino primário já referida (REFORMA, 1937).

Adão (1984) informa que o percentual dos regentes em relação aos professores primários era de 7,7% no período de 1934-1935, 15,9% de 1936 a 1937 e de 19,8% de 1938 a 1939; diante desse crescimento, pergunta-se: quais seriam as explicações para o fato de os editoriais da EP ignorarem as regentes? Uma das respostas poderá ser encontrada se atentarmos para o seu estatuto sócio-profissional caracterizado pelo desprestígio, pois, conforme informamos, as regentes ingressavam na profissão por meio de nomeação, cujo requisito inicial era apenas atestado de idoneidade moral. Segundo informa Carvalho (1983:736): “[...] um pretendente a regente escolar declarara, ao ter que assinar o auto de posse, que não sabia escrever.” A situação não se alterou substancialmente mesmo, a partir de 1935, quando se passou a exigir aprovação dos candidatos em provas de aptidão.

Além dessas categorias buscamos também a palavra *Rural* e a encontramos em seis editoriais: Bensaúde, 1935; Graça, 1935; Almodôvar, 1935; Obra, 1936; Reflexões, 1937; Reforma, 1937.

A análise possibilita concluir que, nesses cinco primeiros anos de publicação da EP, a idealização da vida rural e do modo de vida dos habitantes do meio rural – tópicos da propaganda do Estado Novo (MÔNICA, 1978) – ainda não eram os temas preferencialmente publicados, pois, se atentarmos para as categorias *Agrícola/Agricultura*, *Aldeia*, *Campo*, *Mundo/Vida Rural e Rural*, que remetem a essa particularidade, constataremos que a sua presença era insignificante nas páginas dos editoriais. Mesmo a categoria *Aldeia*, cuja incidência é mais significativa, não atinge nem 10% dos editoriais. Além desse aspecto, de acordo com o já informado, subjaz aos primeiros editoriais em que essa categoria é abordada uma representação do mundo rural como locus do atraso e da falta de educação de seus moradores.

Podemos aquilatar que, aliada à inexpressiva presença da vida rural, a escola rural é quase silenciada. *Ensino/Escola Rural, Postos de Ensino, Postos Escolares e Regentes* são categorias cuja incidência de citação nos editoriais ainda é inferior aquelas concernentes à vida rural, comentadas anteriormente.

Ao contrário desse primeiro grupo de categorias referente ao espaço rural e à escola rural nele instalado, o segundo tema, cujas categorias denotam o caráter ideológico do regime e os pressupostos que orientariam uma dada política ditatorial para a organização e funcionamento da escola primária, está presente de forma reiterada nos editoriais. A incidência dessas categorias no conjunto dos editoriais analisados explica-se em função do contexto político vigente no país no período em questão: o regime autoritário, centralizador do Estado Novo.

Orientado para a promoção, via escola primária, dos ideais nacionalistas, o Governo, por meio da DGEP, conformou a EP a fim de torná-la um dos mais eficientes e diretos canais de doutrinação, propaganda e comunicação. Nas páginas da revista, sobretudo em seus editoriais, estavam impressas as orientações do modelo de escola primária a ser implantado e dos preceitos educativos que a conduziriam. Nação, pátria, moral, cristão, família eram as senhas que a escola primária, por meio de seus professores, deveria empregar para servir aos propósitos da “renovação” pretendida. “A formação educativa desenvolvida pelo Estado Novo é, nas suas premissas, mais orientada por uma perspectiva sociologista do que psicologista” (CORREIA, 1998:71), de reforçar o orgulho nacional. E como o analfabeto e o próprio analfabetismo conspurcavam esse “orgulho nacional” a EP esquivava-se de tocar nesse assunto. Num país cuja taxa de letrados atingia apenas 40% da população em 1930 (RAMOS, 1998), somente 6,2% dos editoriais citaram os analfabetos ou o analfabetismo.

Por fim, depreende-se que a Revista mais que um mero veículo de comunicação entre a DGEP e os professores primários, mais ainda que um manual de formação didática com vistas a orientar a ação pedagógica – haja vista que, os textos de cunho metodológico, ou de orientação didática, perfazem apenas um percentual de 15,2% no conjunto dos temas dos editoriais –, era um vigoroso veículo de propaganda do Estado Novo.

A análise dos cinco primeiros anos da EP e, em particular, a leitura atenta dos conteúdos dos editoriais publicados nesse período e a frequência com que são empregadas as categorias,

atesta o caráter ideológico do periódico e a sua contribuição para educar, conformar e moldar os professores primários segundo um projeto de sociedade e de escola calcado nos pressupostos nacionalistas que sustentavam o governo ditatorial português. Com isso, a EP consolidou-se como um “monumento” educativo do professorado primário em Portugal (GUEDES, 1998:21).

Além dos editoriais... E a escola rural?

Embora o rural não tenha figurado nos editoriais, destacamos da EP duas colaborações onde a escola rural era comentada, a saber: “Realidades” e “Apontamentos de higiene das escolas primárias”. “Realidades” era o nome de uma crônica publicada pela inspetora Felismina Oliveira em alguns números da EP durante o V ano, cujo assunto referia-se às visitas de inspeção realizadas nas escolas e nos postos escolares. A autora usou o espaço para descrever a situação em que se encontravam esses estabelecimentos ao visitá-los, e a partir do relato pode-se tecer, ainda que vagamente, o perfil das escolas rurais. No que concerne às vias de acesso até os postos escolares, por exemplo, a inspetora comentou em um dos relatórios as precárias condições da estrada que a conduziu até a Aldeia de destino (OLIVEIRA, 1939a); em outra crônica mencionou o interior da sala de aula, os problemas com a iluminação, informou a insuficiente qualificação da regente e comentou a falta de elegância das alunas no gesto de saudação (OLIVEIRA, 1939b); em outra crônica registrou a informação da regente sobre os seus gastos pessoais na compra de material didático para o ensino e para os próprios alunos (OLIVEIRA, 1939c). Embora não sejam muitas, nessas crônicas encontram-se informações detalhadas das escolas rurais e dados sobre as práticas das regentes.

Os “Apontamentos de higiene das escolas primárias” eram minuciosos relatórios elaborados e assinados pelo médico José Lopes Dias publicados pela EP. Como o nome revela, o seu conteúdo dizia respeito à investigação feita *in loco* das condições de funcionamento das escolas primárias portuguesas, tanto as urbanas quanto as rurais. Ainda que esses apontamentos, diferentemente dos escritos de Felismina Oliveira, não fizessem alusão ao retrato interno do funcionamento dos postos e nem às práticas das regentes, por se tratar de inquérito há muitas informações detalhadas da infraestrutura das escolas, tais como: condições do terreno, conservação dos prédios, distribuição dos espaços externo e interno, total de alunos, saúde dos alunos, situação social, dentre outros (DIAS, 1937)

Pela leitura desses apontamentos se depreende um pouco as “realidades” dos postos escolares. Contudo, tanto os apontamentos do médico Dias quanto as crônicas de Felismina Oliveira foram publicados em poucos números da EP e a presença do rural encontrada nos registros de ambos os autores não se repetia nas demais seções, onde o assunto, tal qual o verificado nos editoriais, não recebia destaque.

Analisamos, por exemplo, as muitas imagens publicadas na revista no período pesquisado e também os temas das conferências ministradas aos professores primários. Com relação ao primeiro aspecto, composto por fotografias de prédios escolares, professores e alunos, autoridades da administração escolar, comemorações escolares de cunho cívico-religiosas, dentre outras, o conjunto iconográfico presente na EP diz respeito majoritariamente à história da educação escolar urbana. Localizamos apenas três imagens fotográficas em cujas legendas apareciam personagens da escola rural (DOCUMENTOS, 1935; A ESCOLA, 1936). Nos demais anos de publicação não foi identificada nenhuma fotografia que retratasse os postos escolares, as regentes ou os alunos do meio rural.

As conferências dirigidas aos professores primários foram amplamente noticiadas nas páginas da EP nos I e II; primeiro eram divulgados os temas, os palestrantes, local de realização e datas. Posterior e gradativamente a revista publicava os textos integrais de alguns desses eventos. Segundo circular enviada às seções dos distritos escolares e publicada em 26 de setembro 1935, as conferências eram atividades promovidas aos professores primários (SERVIÇOS, 1935a). Uma iniciativa de formação continuada oferecida aos professores e, notadamente, um instrumento ideológico da DGEP a serviço da “pedagogia ditatorial”, segundo se depreende da circular supra, essas conferências ocorriam em ocasiões solenes quando, nos concelhos que as sediavam, eram apresentados os trabalhos escolares, recitais de poesias, corais infantis e outras atividades. Esses momentos deveriam representar um marco significativo da ação do governo em prol do desenvolvimento da escola primária e da própria visibilidade dessa ação.

Ressaltamos que nos meses de dezembro/1934, fevereiro, abril a junho de 1935, de um total de 99 conferências realizadas em pelo menos três regiões de Portugal (norte, sul e Alentejo) nenhuma teve como tema a escola rural ou sociedade rural. Nos períodos de 13 a 19/01/1935 e 27/01/1935 a 09/02/1935, das conferências realizadas em Viseu, apenas duas tiveram como

tema o rural, a saber: “A ação do professor na Aldeia” e outra tratou das “Festas escolares e sua influência nos meios rurais (SERVIÇOS, 1935b: 295).” De novembro de 1936, até o mês de junho de 1937, computamos mais um total de duzentos e sessenta e cinco conferências e dessas apenas dez trataram da escola rural. Após analisar os assuntos debatidos nas conferências, concluímos que mais uma vez a escola rural permaneceu à margem das discussões relativas à escola primária e a formação de seus professores.

Com efeito, os textos de muitas dessas conferências eram publicados na EP na forma de artigos, todavia aquelas de cujos títulos se pode inferir uma abordagem mais específica acerca da escola rural não foram publicadas na revista. De um lado a EP apenas refletiu o silenciamento da DGEF no tocante à escola rural (que elencou esse tema como objeto de poucas conferências), mas, de outro, o aprofundou ao não divulgar os textos referentes ao tema em questão, ou seja, o conteúdo não encontrou espaço em suas inúmeras páginas.

Considerações Finais

Os resultados da pesquisa possibilitam compreender que, no período 1934 a 1939, quando o Estado Novo propalava os seus “investimentos” na escola primária com vistas a combater os altos índices de analfabetismo ainda registrados em Portugal e no momento em que a população portuguesa vivia majoritariamente no campo, a EP não destinou nenhum espaço específico em seus editoriais para discutir os problemas subjacentes à escola primária rural ou sequer noticiou o seu funcionamento. Além de esse tema não ter sido objeto de apreciação em seus editoriais, foi pouco debatido nas demais seções publicadas. O rural, suas escolas, professores, alunos, problemas e práticas docentes permaneceram como um “não assunto” na revista “oficial” destinada a contribuir para a organização do ensino primário e a orientar os professores.

Avaliamos que uma das causas para esse silêncio incidiu sobre o projeto de implementação de uma escola primária única e, por conseguinte, às iniciativas de homogeneização dessa escola. Nesse sentido, noticiar a escola rural implicaria destacar as suas idiossincrasias (a existência dos postos de escolares, a insuficiente qualificação e estatuto sócio-profissional diferenciado dos seus docentes) e, conseqüentemente, revelar o malogro da desejada unidade da escola primária.

Nesse sentido, da análise do contexto em que a EP surgiu, concluímos que, a despeito das iniciativas efetivadas pelo governo ditatorial para criar uma escola primária única, tanto do ponto de vista legal, quanto de direito, existia uma escola primária rural diferenciada da escola primária urbana. A criação dos postos de ensino, posteriormente elevados à condição de postos escolares, e a regulamentação do pessoal docente para atuar nesses estabelecimentos na categoria de regentes de postos (de ensino) escolares, com nível de qualificação, assim como salários e outras garantias inferiores aquelas exigidas e garantidas aos professores primários, revelam a existência de condições distintas na oferta do ensino primário à população rural.

Se essa escola primária rural, que funcionava em condições diversas da urbana, era um fato social, a revista *Escola Portuguesa*, ao ignorá-la e não destinar espaço em seus editoriais para a discussão do seu funcionamento, esquivava-se de evidenciá-la e não a incorporava como um objeto de estudo. Em função desse resultado, acreditamos que a apologia à vida rural, que no dizer de Mónica (1978) constituíu-se no ponto-chave da ortodoxia Salazarista, ainda não se havia consolidado por meio da visibilidade da escola rural na EP durante o período de 1934 a 1939.

Além disso, conferir destaque ao modo de vida rural parece ter se constituído em uma operação alheia à divulgação da “escola” existente no meio rural, posto que as condições de funcionamento desses estabelecimentos não ofereciam elementos para a propaganda do Estado Novo, devido, por exemplo, às precárias instalações dos postos escolares que, no dizer de Adão (1984:70), “[...] manifestam o desprezo dos governantes no que respeita não só à alfabetização mas também à valorização cultural das populações rurais”.

Perguntaríamos, então, se, subjacente ao silêncio sobre a escola rural nos editoriais desse período, não estaria presente um dado “tabu”, tal qual analisa Carneiro (2003, p.7) no prefácio ao livro de Marc Ferro? Afinal, segundo essa historiadora: “‘Tabu’ tem a ver com algo perigoso de ser dito, interdito; algo que estorva, vedando o acesso a certos bens, espaços e informações”. Com efeito, do editorial, tanto nos temas abordados, quanto nos autores privilegiados, passando pelos artigos até a legislação publicada, as páginas da revista eram espaços privilegiados para apresentar e louvar os feitos do governo. Decorre desse fato que, ao silêncio a respeito da escola rural subjazia a preocupação em não revelar claramente a

fragilidade do Estado Novo no que concernia, principalmente, ao ensino primário. Concluímos, portanto, que, mais que um veículo de formação e informação aos professores primários, a EP se consolidou como um importante instrumento de propaganda para o Estado Novo em Portugal junto a esses professores.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea. *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

_____. A Escola em Meio rural no Portugal dos Primeiros Anos do Estado Novo. A Formação dos seus Professores no(s) Discurso(s) do poder Político. In: WERLE, Flávia O.C. (org.) *Educação rural em perspectiva internacional – instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí, UNIJUÍ, 2007. p. 269-294.

AINDA sôbre as visitas ministeriais às escolas. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 174, 24 fev. 1938, p. 271-272.

ALEIXO, M.I.; ALVES, M. do C. A Cultura Escolar e a Formação dos Mestres de Ensino Primário na Escola Rural, Através da Produção Escrita dos Alunos, de 1956 a 1960. In: WERLE, Flávia O.C. (org.) *Educação rural em perspectiva internacional – instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí, UNIJUÍ, 2007. p. 335-369.

ALMODÓVAR, A. A Educação da juventude. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 55, 31 out. 1935. p. 33-34.

AMIGUINHO, Abílio. Educação e Mundo Rural: percursos biográficos, intervenção e pesquisa. *Educação, Sociedade & Culturas*. N. 20, CIIE/Edições Afrontamento: Porto-Pt, 2003. p. 9-42.

BENSAÚDE, R. ¡Já se bateu com 3:000 quilómetros! *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 28, 18 abr. 1935, p. 525.

CANÁRIO, Rui. A Escola no Mundo Rural: contributos para a construção de um objeto de estudo. *Educação, Sociedade & Culturas*. N. 14, CIIE/Edições Afrontamento: Porto-Pt, 2000. p. 121-139.

CARNEIRO, Maria L.T. Prefácio. In: FERRO, Marc. *Os tabus da história – a face oculta dos acontecimentos que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 7-10.

CARVALHO, Rómulo de. História do Ensino em Portugal – Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

CORREIA, Luís Grosso. “Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação”. O sistema educativo no Estado Novo. *Ler História*. Lisboa, n. 35, 1998. p. 71-107.

DIAS, J.L. Apontamentos de higiene nas escolas primárias... *Escola Portuguesa*, n. 156, 21 out. 1937. p. 16-18.

DISCURSO proferido por S. Ex^a. o Ministro da Educação Nacional... *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 184, 05 maio 1938. p. 390-394.

DO ANO escolar que findou. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 145, 05 ago. 1937. p. 292-297.

DOCUMENTOS Gráficos. *Escola Portuguesa*, n. 55, 31 out. 1935, n.p.

EM TODA a parte seremos sempre educadores. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 150, 09 set. 1937. p. 322-323.

É NECESSÁRIO renovar-se o estudo dos programas. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 156, 21 out. 1937, p. 14-15.

ESCOLA PORTUGUESA. Lisboa: DGEP, 1934-1939.

A ESCOLA veste-se de novo. *Escola Portuguesa*, n. 69, 06 fev. 1936, n.p.

FESTA da Nação e festa da escola. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 72, 27 fev. 1936. p. 133-137.

GRAÇA, L.Q. Embelezamento da ida rural. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 53, 17 out. 1935. p. 17-18.

GUEDES, Lília A.X.A. *Escola Portuguesa (1934-1957) - Sobre a política educativa do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho, 1998.

GUERRA, Julieta R. Lopes A. *João Baptista Vilares – um educador e um mensageiro do progresso no meio rural*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006.

LEAL, António. Os serviços do ensino primário [...]. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 41, 18 jul. 1935.

LER, escrever e contar não constituem uma ciência. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 4, 01 nov. 1934. p. 51-52.

MARTINS, Ernesto C. A Memória Histórica dos Edifícios Escolares no Portugal Rural a arquitetura escolar das escolas primárias na Beira Interior. In: WERLE, Flávia O.C. (org.) *Educação rural em perspectiva internacional – instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí, UNIJUÍ, 2007. p. 295-334.

MELO, José M. de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3 ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Matiqueira, 2033.

MÓNICA, Maria Filomena. *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

OBRA das Mães pela Educação Nacional... *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 94, 30 jul. 1936. p. 297-298.

OLIVEIRA, Felismina. Enquanto espero o eléctrico. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 71, 20 fev. 1936. p. 127-128.

_____. Realidade... *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 237, 11 maio 1939a. p. 379-380.

_____. Realidades... *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 246, 13 jul. 1939b. 446-447.

_____. Realidades... *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 246, 15 jun. 1939c. 459-459.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º. 22:369, de 30 de março de 1933. *Diário do Governo*, Lisboa, 30 de março de 1933, n. 73, 1 Série. p. 414-436.

<http://dre.pt/pdfgratis/1933/03/07300.pdf> - Acesso em 08 de março de 2013

PORTUGAL. Decreto n.º. 20:604, de 09 de dezembro de 1931. *Diário do Governo*, Lisboa, 09 de dezembro de 1931, n. 283, 1 Série. p. 2680-2681.

<http://dre.pt/pdfgratis/1931/12/28300.pdf> - Acesso em 12 de fevereiro de 2013

PORTUGAL. Decreto n.º. 27:279, de 24 de novembro de 1936. *Diário do Governo*, Lisboa, 24 de novembro de 1936, n. 276, 1 Série. p. 1510-1511.

<http://dre.pt/pdfgratis/1936/11/27600.pdf> - Acesso em 03 de março de 2012

PORTUGAL, Miguel. A Estatística. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 92, 20 ago. 1936. p. 319.

RAMALHO, Albano. Benéficos ou funestos podem ser os educadores. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 10, 13 dez. 1934. p. 165-166.

RAMOS, Rui. “O chamado problema do analfabetismo”: as políticas de escolarização e a persistência do analfabetismo em Portugal (séculos XIX e XX). *Ler História*. Lisboa, n. 38, 1998. p. 45-70.

RECOMEÇANDO. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 154, 07 out. 1937. p.1-3.

REFLEXÕES sobre a finalidade escolar. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 155, 14 out. 1937. p. 9-10.

REFORMA do ensino primário. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 162, 02 dez. 1937. p. 89-113.

RIAS, Ana Paula L. A. *Regentes Escolares: colaboradores benévolos ao serviço da Educação Nacional*. Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado [texto policopiado]. (Biblioteca Nacional/Lisboa-Pt.), 1997.

SANTOS, Gomes. Na defesa da língua. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 60, 05 dez. 1935. p. 69-70.

SERVIÇOS de administração e disciplinares. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 51, 26 dez. 1935^a. p. 920-922.

SERVIÇOS de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino primário. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 16, 24 jan. 1935b. p. 295-296.

SIMÕES, Maria Eduarda B.R. *Representações sociais da escola rural em meados do século XX em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1999

VALENTE, José Carlos. As Casas do Povo e a educação popular no Estado Novo (1933-1970). *Revista História*. Lisboa-Pt., Nova série, n. 21, junho de 1996. p. 40-49.

A VISITA de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional às escolas e postos escolares do Algarve. *Escola Portuguesa*, Lisboa, n. 140, 01 jul. 1937. p. 251-252.